

# Evo Morales e a construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo

Evo Morales and the construction of the new historical bloc: between national-popular and indigenism

---

**CLAYTON M. CUNHA FILHO** | clayton.filho@gmail.com

Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ) e assistente de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA/IESP-UERJ) responsável pela conjuntura boliviana. Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

**Recebimento do artigo** 07-jun-11 | **Aceite** 30-nov-11

**Resumo** O presente artigo busca compreender o modo como se articulam no atual bloco histórico boliviano liderado pelo governo de Evo Morales os elementos de nacional-popular e indigenismo. A hipótese subjacente ao trabalho é que o turbulento quinquênio de 2000-2005 marca um colapso da hegemonia do bloco histórico anterior e a ascensão de um movimento contra-hegemônico que logrou se rearticular baseado no resgate da memória dos horizontes de nacional-popular e indigenismo presentes ao longo da história do país. Dessa maneira, compreender as influências dessas duas tradições políticas bolivianas é chave para bem compreender as potencialidades e perspectivas do próprio governo Morales. **Palavras-chave** Bolívia; Evo Morales; Nacional-popular; Indigenismo; Hegemonia.

**Abstract** This article seeks to comprehend how are articulated in the current historical bloc led by the Bolivian government of Evo Morales the elements of national-popular and indigenism. The hypothesis underlying the work is that the turbulent five-year period from 2000-2005 marks a collapse of the previous hegemony of historical bloc and the rise of a counter-hegemonic movement that managed to rearticulate based on the rescue of the memory of the horizons of national-popular and indigenism to the present throughout the history of the country. Thus, understanding the influences of these two Bolivian political traditions is key to well understand the potential and prospects of the Morales government itself. **Keywords** Bolivia, Evo Morales, national-popular, indigenous; Hegemony.

## Introdução

Independentemente dos critérios que se utilize para analisar a eleição de Morales, sua importância no contexto boliviano e seu potencial de se converter em um momento constitutivo estruturante da política da Bolívia pelos próximos anos são inegáveis. Evo não é apenas o primeiro indígena a assumir a presidência de um país de cultura e composição étnica predominantemente indígena e mestiça, mas é também o primeiro presidente desde a redemocratização a ser eleito diretamente pelo voto popular, sem precisar passar por ratificação congressual<sup>1</sup> (ver Tabela 1). Além disso, sua eleição é indissociável do período de fortes turbulências sociais por que passou a Bolívia no quinquênio anterior a sua eleição e que levou à reversão de privatizações e políticas públicas, expulsão de transnacionais, renúncias presidenciais e à convocação das eleições antecipadas que lhe levaram à primeira magistratura (ver, por exemplo, TAPIA, 2007).

**Tabela 1** | Resultados Eleitorais Pós-redemocratização

	1980*	1985	1989	1993	1997	2002	2005
Candidato Eleito (Partido)	Hernán Siles Zuazo (UDP)	Victor Paz Estenssoro (MNR) <sup>a</sup>	Jaime Paz Zamora (MIR) <sup>b</sup>	Sánchez de Lozada (MNR)	Hugo Bánzer (ADN)	Sánchez de Lozada (MNR)	Evo Morales (MAS)
Votação Nacional	38,74%	30,36%	21,82%	35,55%	22,26%	22,46%	53,74%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em MESA GISBERT, 2006.

\* Devido ao golpe militar encabeçado por Luis García Meza, o presidente eleito somente tomaria posse em 1982.

a Segundo colocado no sufrágio popular.

b Terceiro colocado no sufrágio popular.

Há inclusive autores (DUNKERLEY, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007) que falam do período como sendo a 3ª Revolução Boliviana, com a eleição de Morales como seu período de consolidação e fechamento da fase revolucionária<sup>2</sup>. Contudo independentemente da concordância ou não com tal caracterização, é inegável que, antes da conjuntura crítica de 2000-5, poucos imaginariam a possibilidade

1 Pela Constituição Boliviana de 1967, vigente até 2009, em caso de nenhum candidato obter a maioria absoluta dos votos, cabia ao Congresso decidir em segundo turno quem seria o presidente.

2 A segunda revolução teria sido a insurreição popular de 1952 que levou Victor Paz Estenssoro a seu primeiro mandato presidencial. Já a primeira revolução seria, para Forrest Hylton e Sinclair Thomson, a revolta anticolonial de Tupaj Katari em 1781. James Dunkerley, por sua vez, localiza a primeira revolução no processo de independência entre 1809-1825.

de um resultado eleitoral como o de dezembro de 2005. E, se é certo que os acontecimentos políticos desses anos, em especial após os violentos confrontos da Guerra do Gás (GG) de 2003 e a expulsão de Sánchez de Lozada da presidência, ajudaram a criar as estruturas mentais, políticas e discursivas que permitiram o questionamento radical da agenda política neoliberal hegemônica desde a redemocratização e a cristalização de uma agenda alternativa, também é verdade que os acontecimentos ora em curso possuem, de fato, raízes históricas muito mais profundas no país.

São precisamente essas raízes tão vivas durante tanto tempo na política boliviana do século XX (e em alguns casos mesmo antes) que, ao serem despertadas após uma dormência de cerca de duas décadas, permitem ao atual processo político sedimentar as bases de sua legitimidade e da projeção futura de sua hegemonia. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é tentar traçar uma caracterização do governo Evo Morales buscando daí apreender o modo pelo qual através de seus gestos concretos e simbólicos ele busca resgatar uma memória popular de lutas que fora, parafraseando a historiadora Silvia Rivera Cusicanqui (1987), “oprimida, mas não vencida”.

Diversos autores (por exemplo, CRABTREE; WHITEHEAD, 2008; DUNKERLEY, 2007; STEFANONI; ALTO, DO, 2006; SVAMPA; STEFANONI, 2007; ZANELLA *et al.*, 2007) têm ressaltado o notável grau de continuidade entre o atual governo e uma tradição de lutas populares e governos “nacionalistas”<sup>3</sup> muito marcante no século XX da Bolívia, em especial após a Guerra do Chaco (1932-35). De fato, se tal continuidade não é difícil de ser captada na semelhança entre o tipo de políticas perseguidas pelo governo Morales e alguns predecessores, os gestos simbólicos do novo governo têm buscado sistematicamente ressaltar e reafirmar essa continuidade, seja através de discursos, da escolha de datas para o anúncio de determinadas medidas ou na nomeação de obras ou políticas públicas.

Após duas décadas de governos neoliberais – cujo modelo não apenas não logrou superar os graves problemas sociais do país, como foi assimilado por boa parte dos atores sociais como os tendo agravado – é quase natural que um novo presidente eleito após o colapso do sistema político e com promessas de refundação nacional busque associar-se com exemplos históricos tidos por antitéticos ao

---

3 O termo é comumente utilizado na própria Bolívia para referir-se a governos ligados à construção e fortalecimento do Estado boliviano. Frequentemente, há uma forte conotação de “esquerda” associado ao termo no contexto local.

modelo rejeitado. Em sua magistral obra acerca da presidência boliviana desde a formação da república, o historiador Carlos Mesa Gisbert (2006, p. 97) relata como, no meio político e acadêmico boliviano, já é uma espécie de senso comum a divisão dicotômica entre os diversos presidentes do país entre um grupo de presidentes liberal-oligárquicos e outro de nacionalistas. No primeiro grupo, associado com valores europeus e ideias de progresso através do livre mercado, figurariam todos os presidentes do período da redemocratização pós-1985, além das ditaduras militares de René Barrientos e Hugo Banzer e a maioria dos presidentes pré-Guerra do Chaco. No segundo, associado com a defesa dos recursos naturais, a integração das classes populares e a recuperação do poder do Estado, entrariam, entre outros, Germán Busch, J.J. Torres e o legado da Revolução de 52.

A pré-existência desse tipo de percepção torna ainda mais relevante a necessidade de algum tipo de esforço por parte do presidente Morales em delimitar com que campo ele se associa, buscando assim reforçar uma narrativa em que seu governo pareça representar o coroamento de uma longa e nobre tradição que, por força de erros e equívocos próprios e da reação de interesses poderosos, não teria logrado concretizar sua tarefa histórica; tarefa essa que agora, finalmente, estaria se encaminhando a um melhor desfecho. Não se trata aqui de corroborar essa visão e aceitar que objetivamente exista tal teleologia encaminhando a história boliviana. Uma abordagem dessa natureza seria certamente ingênua. O ponto que interessa abordar é que, de fato, tal tipo de percepção existe entre parte importante dos atores políticos e mesmo da elite intelectual nacional (ver, por exemplo, TABOADA TERÁN, 2006) e que sua existência enquanto percepção, se suficientemente difundida, acaba condicionando o comportamento político objetivo e convertendo-a em verdade à maneira de profecia autorrealizável.

Gramsci (2000) ensina que a diferença entre dominação e hegemonia reside na capacidade da classe dirigente em apresentar seus interesses particulares como universais à sociedade, podendo assim governar por consenso. Quando o perde, quando os interesses particulares deixam de ser percebidos como universais e vistos como de fato o são pelo resto (ou a maioria) dos grupos sociais, a classe dirigente passa a ser meramente dominante e a ter que recorrer cada vez mais ao aparato coercivo do Estado para se manter no poder. É possível entender o processo político boliviano dos últimos anos como um processo de erosão progressiva da hegemonia de grupos e valores dirigentes e da paralela construção concomitante de uma contra-hegemonia desafiante, a qual alcança o poder estatal e hoje se encontra diante do desafio de constituir um novo bloco histórico

estável e sua hegemonia (ARCHONDO, 2006; CUNHA FILHO, 2010; GARCÍA LINERA, 2008; ROCHA, 2006; ROSSELL, 2009; TAPIA, 2008). Na medida em que esse processo de construção de hegemonia é eminentemente um processo de construção e difusão ideológica, nada mais “natural” que apoiar-se em tradições políticas pré-existentes e em narrativas já possuidoras de um considerável enraizamento social.

Na história boliviana de insurgências e lutas populares, destacam-se duas grandes correntes que, em alguns momentos, puderam coligar-se e constituir potentes blocos históricos que, no que pese a instabilidade e a frequente fugacidade dos mesmos, tiveram efeitos políticos fortes e duradouros, configurando-se em verdadeiros momentos constitutivos conforme a definição de René Zavaleta (ver TAPIA, 2002)<sup>4</sup>. Trata-se do nacional-popular e do indigenismo, hoje novamente coligados em um bloco histórico proto-hegemônico e com enorme potencial de marcar novo momento constitutivo que, pelo sucesso de sua consolidação ou por seu fracasso, deverá definir as formas e estruturas através das quais se dará a luta política na Bolívia pelos próximos anos.

A noção de nacional-popular conforme empregada aqui também tem suas raízes na obra de Zavaleta e deriva de outro importante conceito cunhado para explicar a Bolívia, caracterizada por ele como uma *sociedade abigarrada*<sup>5</sup>, composta, na verdade, por muitas sociedades e civilizações justapostas, com tempos socioeconômicos distintos e na qual nenhuma delas é capaz de impor sua hegemonia completamente sobre as outras. A própria maneira pela qual se deu a colonização espanhola no território que viria a constituir a Bolívia explica um pouco a gênese deste tipo de sociedade, onde apesar da brutalidade e violência da conquista os espanhóis em grande medida se adaptaram a formas de governo e extração de excedente econômico das civilizações autóctones pré-existentes em vez de buscar

---

4 Certamente o maior pensador boliviano do século XX, René Zavaleta Mercado considerava que o presente político podia ser muito melhor explicado através da inquisição de sua origem histórica que pela descrição de suas instituições e atores sociais contemporâneos. Ele desenvolveu assim a noção de momento constitutivo, processos e conjunturas normalmente marcados por algum tipo de crise intensa nos quais se produzem os marcos dentro dos quais se enquadrará a luta política e as estruturas sociais de determinada polis pelos próximos anos. O caráter mais ou menos transitório de um momento constitutivo é quase autoevidente, mas o seu poder explicativo segue importante por períodos de tempo tão longos quanto a intensidade da reestruturação por eles trazida. A Revolução de 52, por exemplo, seguiu marcando a natureza da disputa política boliviana por pelo menos 30 anos apesar de todos os golpes, contragolpes e reviravoltas que se lhe seguiram.

5 *Abigarrado*, em espanhol, seria traduzido ao português como variegado, feito de retalhos justapostos. Como a tradução parece perder um pouco do sentido original, opto por manter o termo no original.

uma reconstrução social mais profunda da colônia (KLEIN, 2003). Daí nascia um Estado praticamente sem nação, com hegemonia bastante limitada espacialmente e incapaz de impor sua soberania de maneira incontestada em grande parte do território do qual era oficialmente o responsável (ZAVALETA MERCADO, 1986). Essa foi, por exemplo, uma das principais causas do recorrente drama boliviano de perdas territoriais para seus vizinhos. A ideia do nacional-popular expressa justamente aqueles movimentos e governos ao longo da história boliviana cujo objetivo primordial girava em torno da construção na Bolívia de um Estado real, com verdadeira correspondência entre sociedade civil e política, entre Estado e nação.

Zavaleta refere-se ao nacional-popular como movimentos policlassistas de democratização efetiva do Estado boliviano, entendendo democratização mais além do sentido institucionalista do termo, como a criação de uma nação boliviana efetiva, autodeterminada pela sociedade civil e com real controle sobre seu território e recursos (ver HYLTON; THOMSON, 2007; TAPIA, 2002). O caráter policlassista do nacional-popular é uma característica importante a ser ressaltada posto que a própria natureza abigarrada da sociedade boliviana inviabilizaria movimentos de corte classista puro. Isto não quer dizer que as massas não tenham tido em suas composições a presença de algum núcleo classista que os liderasse e centralizasse a natureza das convocatórias e jornadas de luta – no período estudado por Zavaleta, por exemplo, teria sido o proletariado mineiro –, mas o movimento nacional-popular tinha necessariamente que ser sempre mais amplo que esse núcleo central. E era essa amplitude maior que o permitia associar-se com a outra corrente fundamental da história insurrecional da Bolívia que é o indigenismo.

O termo indigenista conforme aqui empregado segue a caracterização feita pelos historiadores britânicos Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) e se refere ao conjunto diverso de revoltas e levantamentos indígenas que vão desde o cerco de La Paz por Tupac Katari em 1780-1 às tropas de Pablo Zárata “Willka” na Guerra Federal de 1899 e os *Ponchos Rojos* de Achacachi dos dias atuais. Inclui também movimentos intelectuais e culturais como o movimento índio de Fausto Reinaga e as várias correntes do chamado Katarismo<sup>6</sup> dos anos 1970-80. Mais ou menos radicais, todos eles tinham – e têm – em comum o fato de colocarem a valorização de

---

6 Movimento político-cultural aimará iniciado na década de 1970 que buscava a revalorização da cultura e da identidade indígena subsumida na identidade camponesa como política oficial de Estado a partir da Revolução de 1952 e que deu origem a diversos grupos e partidos políticos de importâncias variadas e teve papel fundamental na reconstrução da identidade indígena como fator político na Bolívia.

uma identidade ancestral pré-colombiana como central em suas demandas. Além disso, as chamadas rebeliões indígenas da primeira metade do século XX, embora tenham acontecido muitas vezes de maneira independente entre si, compartilharam objetivos (posse da terra e resistência à expansão do latifúndio sobre as terras comunitárias) e métodos (ocupações, greves de “braços caídos”, luta judicial pela posse comunal) em grau impressionante (RIVERA CUSICANQUI, 1987). Isto permite inferir a presença em ação de algum tipo de memória comum que valida sua classificação como uma corrente política própria.

Mas não se pretende afirmar que as duas correntes aqui propostas sejam como ideologias totalmente isoladas, havendo muitos graus de interpenetração entre ambas tanto no que se refere a visão de mundo quanto a demandas e objetivos políticos, mesmo nos momentos em que suas lutas e atores mais divergiram. O próprio já citado René Zavaleta (1986), por exemplo, considerava por isso a questão do indigenismo como subsumida no nacional-popular e uma de suas principais tarefas pendentes e nunca abordou o tema como questão separada, cabendo ao contemporâneo grupo de pesquisas *Taller de Historia Oral Andina*, da Universidade Maior de San Andrés, em La Paz, muito do mérito pela revalorização do conceito como chave interpretativa da história política boliviana.

Os dois termos – nacional-popular e indigenismo – são usados aqui como uma espécie de tipo ideal para fins de análise dos interesses diversos em jogo na conformação dos blocos históricos em pugna pela transformação social e hegemonia política na Bolívia. Sigo, portanto, a tipologia proposta por Hylton e Thomson (2007) por considerar que acertam esses autores em identificar nas vicissitudes de ambas correntes políticas algumas das maiores riquezas do movimento popular boliviano ao mesmo tempo em que a ignorância mútua entre ambos também se constituiu em uma de suas principais debilidades.

## A construção do bloco histórico da Guerra da Água à Guerra do Gás

Um elemento de crucial importância para esse processo de acumulação de energias sociais e conformação de um projeto contra-hegemônico que possibilitou a eleição de Evo Morales foi a formação de seu partido político MAS e do embrião que lhe precedeu, as Federações dos Plantadores de Coca do Trópico de Cochabamba.

Ao longo das duas décadas de democracia pactuada<sup>7</sup>, foram frequentes movimentos contestatórios e protestos pontuais, com demandas setorializadas às quais o Estado respondeu em distintas ocasiões com um misto de cooptação e repressão. O próprio movimento cocaleiro, já citado, foi um dos exemplos emblemáticos dessa dinâmica, mas a natureza setorializada de suas demandas impedia a possibilidade de uma convocatória social ampla que permitisse a construção de uma proposta política capaz de aglutinar a outros setores sociais igualmente descontentes por suas próprias questões.

A ideia de organizar-se em partido político a princípio tinha muito mais de canalização direta de demandas ainda setoriais que de um projeto de construção de instrumento para um novo bloco histórico. O ponto era evitar a manipulação por políticos e partidos tradicionais de quem desconfiavam. Isso tampouco era exatamente uma novidade. Tentativas anteriores de conformação de partidos políticos exclusivamente indígenas e/ou camponeses já tinham se materializado, por exemplo, no Partido Índio de Fausto Reinaga da década de 1960, nos vários partidos kataristas dos anos 1980-90 ou no Eixo Pachakuti do início dos anos 1990, todos obtendo resultados eleitorais muito baixos e durando poucos anos. A única “exceção” (e que confirmou a regra de participação política subalterna), foi o Movimento Revolucionário Tupac Katari de Libertação (MRTKL) que se aliou ao MNR nas eleições presidenciais de 1993 e chegou à vice-presidência com o intelectual aimará Victor Hugo Cárdenas.

De fato, mesmo a conformação do MAS, a princípio, parecia seguir o mesmo caminho do isolamento sectário. Partido quase exclusivamente cocaleiro em sua origem, o MAS tinha sua base eleitoral praticamente restrita ao Chapare<sup>8</sup> até as eleições de 2002, quando logra importante penetração eleitoral nos departamentos de La Paz, Oruro e Potosí, além da Cochabamba natal (CAMARGO, 2006, p. 203), e em especial após 2005, quando se consolida como o partido mais importante do país e com efetiva implantação em praticamente todo o seu território (MAYORGA, 2007). Embora seu núcleo duro fosse o movimento cocaleiro, o MAS

---

7 Pela Constituição Boliviana de 1967, vigente até a promulgação da nova Constituição Política do Estado de 2009, em caso de nenhum candidato obter a maioria absoluta dos votos, cabia ao Congresso decidir em segundo turno o presidente. Até a eleição de 1989, a decisão se dava entre os três primeiros colocados, mas após as reformas à lei eleitoral de 1991 a decisão do congresso passou a se limitar aos dois primeiros colocados a partir da eleição de 1993. Pelo fato de a decisão ocorrer após pactos entre os partidos envolvendo a distribuição de cargos e participação no governo, o período ficou conhecido como Democracia Pactuada.

8 Nome de uma das províncias do departamento de Cochabamba notória pela produção de coca e local de origem do MAS.



nunca restringiu seu discurso a demandas meramente camponesas ou indígenas, o que permitiu que o partido pudesse se constituir em pivô da acumulação de mobilizações sociais mais amplas quando a conjuntura surgiu. Como colocava o futuro vice-presidente Álvaro García Linera em texto de 2005, o MAS sempre se destacou por sua “capacidade de recolher a memória nacional-popular, marxista e de esquerda formada nas décadas anteriores, o que lhe tem permitido uma maior recepção urbana, multi-setorial e pluri-regional a sua convocatória” (reproduzido em GARCÍA LINERA, 2008, p. 390).

Um aspecto importante a ser considerado como condição de possibilidade desse papel pelo partido reside na própria característica do movimento cocaleiro que é, ele próprio, uma mescla de elementos do nacional-popular e do indigenismo. Ao mesmo tempo em que o cultivo da folha de coca é defendido com base em apelos a tradições milenares andinas e seu papel cerimonial místico-religioso, os cocaleiros se organizam politicamente com base na tradição sindicalista mais próxima do nacional-popular e em seu enfrentamento às políticas de erradicação forçada da coca financiadas pela embaixada estadunidense apelam a um forte discurso anti-imperialista e de defesa de valores nacionais. Isto lhes permite, como poucos, apelar eficazmente à memória de ambas tradições, inclusive com a apresentação de um discurso ambíguo o suficiente de modo a permitir-lhe enfatizar o aspecto que melhor lhe convenha em cada conjuntura política, dotando-os de importante flexibilidade tática (HYLTON; THOMSON, 2007; MAYORGA, 2007).

Mas essa característica do movimento cocaleiro tem raízes ainda mais antigas. Na *abigarrada* sociedade boliviana, a grande maioria da produção agrícola comunal existente até pelo menos a Revolução de 52 restringia-se ao consumo local e regional, não existindo um mercado inter-regional para excedentes agrícolas produzidos sob essa forma de organização econômica. Uma das poucas exceções era a produção de coca, cuja demanda pelos trabalhadores das minas lhe garantia um mercado mais amplo e lhe conferia certa dimensão “nacional” (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 66) que perdurou quando do início de seu plantio massivo no Chapare.

Embora o plantio e consumo de coca na região andina em geral e no território da atual Bolívia em particular seja milenar, o movimento cocaleiro boliviano, como o conhecemos hoje, tem suas origens no processo de implantação das reformas neoliberais durante a redemocratização dos anos 1980. O fechamento de diversas minas e a demissão de milhares de mineiros após as políticas de estabilização monetária implementadas durante a presidência de Victor Paz Estenssoro (1985-89) levou a muitos desses mineiros (bem como a trabalhadores de outros

setores da economia igualmente afetados pelas políticas anti-inflacionárias de caráter recessivo) a emigrarem para a região do Chapare e buscarem na coca uma importante fonte substituta de ocupação e renda (STEFANONI; ALTO, DO, 2006, p. 40). Além disso, ao emigrarem ao Chapare muitos desses mineiros levaram consigo suas experiências de organização e luta sindical, contribuindo decisivamente com a organização política dos agricultores da região, bem como com a própria mescla entre nacional-popular e indigenismo na qual se constitui o movimento e que conduziria à posterior formação do MAS.

Durante boa parte das duas décadas de democracia pactuada, os cocaleiros foram provavelmente o movimento social mais mobilizado e combativo do país, por vezes comparável ao próprio histórico movimento mineiro em seu auge – embora, sem dúvida, com um apelo muito mais restrito geográfica e socialmente e incapaz de converter-se como aquele em elemento aglutinador de um bloco histórico. Ao contrário da mineração e apesar de sua importância, a coca nunca se constituiu em núcleo central da economia do país a partir do qual sua força de convocatória pudesse espalhar-se aos demais setores como demanda universal. A própria natureza do produto, com o estigma de insumo essencial da cocaína, impede sequer imaginar que, num mundo de *War on Drugs*, a coca pudesse ocupar essa centralidade.

Mas, se a mobilização cocaleira não era suficiente para a constituição do bloco histórico, foi, sem dúvida, necessária e suficiente, pelo menos, para ocupar o papel de núcleo original do partido político que mais tarde poderia absorver e processar outras demandas e apresentar um programa político mais abrangente e universalizável ao conjunto de classes e atores sociais.

Os vários movimentos de protestos e demandas isoladas ao longo dos anos da democracia pactuada, dos quais os cocaleiros eram apenas um exemplo e incluíam a organização dos índios das terras baixas da Amazônia e oriente, a efêmera guerrilha do EGTK<sup>9</sup>, protestos contra privatizações, reforma educativa e lei de reforma agrária de 1996 e ocupações esporádicas de minas privadas atestavam a possibilidade de uma contestação mais ampla à ordem vigente e da conformação de um movimento contra-hegemônico que ganharia impulso definitivo a partir da Guerra da Água (GA), em 2000.

---

9 Exército Guerrilheiro Tupac Katari, grupo guerrilheiro cujas ações no início dos anos 1990 incluíram cerca de meia dúzia de atentados com um saldo de alguns mortos e feridos e danos materiais e entre cujos líderes se encontravam o líder indígena Felipe Quispe e o sociólogo e atual vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera (ver MESA et al., 2008, p. 590).

Motivada pela privatização do sistema de abastecimento d'água da cidade de Cochabamba a um consórcio liderado pela empresa californiana Bechtel, durante a presidência constitucional de Hugo Banzer, os protestos uniram diversos setores sociais (agricultores, ambientalistas, trabalhadores urbanos, setores da classe média, associações de vizinhos, estudantes, sindicatos de professores entre outros) em torno da Coordenação de Defesa da Água e da Vida.

Após violentos confrontos com as forças de segurança, a Coordenação obteve a reversão do projeto de privatização, mas, para além da vitória dos movimentos então sublevados frente ao Estado, sinalizando o início de um processo de enfraquecimento cada vez maior da ordem instaurada em 1985, o caráter mais importante da GA reside no fato de que começou ali um processo de consolidação de uma agenda política alternativa ampla. Agenda que, no decorrer da conturbada conjuntura que atingirá seu ápice em 2003 e prosseguirá até pelo menos as eleições antecipadas de 2005, logrará aglutinar aos diversos setores descontentes em um projeto contra-hegemônico de alcance nacional.

Um importante elemento de aglutinação das massas que participaram do movimento foi o caráter transversal do elemento em disputa, a água e seus custos, afetando igualmente a todos como uma espécie de salário indireto para além das diferenças de classe e ocupação dos setores que o compuseram (GARCÍA LINERA, 2008, p. 299; VARGAS; KRUSE, 2000). Além disso, em alguns momentos a Coordenadora chegou a controlar o poder e a soberania territorial *de facto*, atuando como uma espécie de protoestado alternativo (ainda que limitado) que operava através de formas próprias de legitimidade como assembleias abertas, ação política direta etc. Isto levou seus membros ao longo da radicalização do movimento no embate contra o Estado constituído a extrapolar as demandas pela reversão da privatização da água (demandas defensivas, de restauração do *status quo ante*) por demandas políticas de criação de novos direitos e alteração da institucionalidade (demandas ofensivas) cujo ápice seria a convocação de uma Assembleia Constituinte (AC) (GARCÍA LINERA, 2008; HYLTON; THOMSON, 2007; TAPIA, 2008; VARGAS; KRUSE, 2000).

Embora a bandeira de convocação de uma constituinte remonte à histórica Marcha por Território e Dignidade (MTD) empreendida pelos povos indígenas da Amazônia e terras baixas de Trinidad a La Paz em 1991, foi a partir da GA que a demanda começou a se consolidar como um elemento central dos setores descontentes. Já nas eleições presidenciais seguintes, de 2002, a demanda seria parte importante da agenda eleitoral como promessa de campanha ou negação de sua

necessidade pelos candidatos em disputa, e no ano de 2003 atingiria sua consolidação definitiva na próxima guerra, a do gás.

A importância da GA na construção da conjuntura que permitiria a ascensão de Evo Morales e do MAS é inegável ainda que ambos não tenham tido nenhum papel de especial destaque naquele protesto específico. O caráter “didático” da vitória frente ao governo serviu de estímulo aos cocaleiros em sua resistência contra as políticas de erradicação da coca, reforçadas, como nunca antes, durante o mandato Banzer – Quiroga<sup>10</sup> (1997-2002), através de bloqueios de rodovias que se repetiram várias vezes entre 2000 e 2003. Outros movimentos sociais independentes (e por vezes mesmo rivais do MAS), como os aimarás liderados por Felipe Quispe no altiplano de La Paz, também seguiam o exemplo bloqueando em ações por vezes coordenadas com os cocaleiros do Chapare, por vezes independentes, mas cada vez mais frequentes que deixavam clara a situação de profunda crise política por que passava o país.

Quando das eleições de 2002, Morales era já um líder político importante no país e sua quase vitória naquelas eleições confirmou sua posição pivotal, bem como a de seu partido (MAYORGA, 2007). Quando, em 2003, estourou a GG, Morales e o MAS tampouco a lideraram, mas puderam colher os frutos de mais um importante acúmulo dos setores populares e canalizar posteriormente as energias de protesto e indignação através dos canais políticos institucionais (HYLTON; THOMSON, 2007).

A GG de 2003 marca o auge dessa conjuntura de efervescência revolucionária na interpretação de Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) e de James Dunkerley (2007); de descolamento entre poder constituinte e poder constituído, segundo Luis Tapia (2008); de empate catastrófico, segundo Álvaro García Linera (2008); de instabilidade institucional, segundo Fernando Mayorga (2007). Como quer que se queira chamá-la, o inegável é que o conflito marca um ponto de inflexão definitivo na política boliviana pós-democratização, o colapso dos partidos políticos tradicionais até bem pouco tempo dominantes no monopólio da representação política e a consolidação de um projeto alternativo de ampla convocatória cristalizado na Agenda de Outubro (em referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da GG e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada) e que mais tarde seria apropriado pelo MAS e pelo governo Morales:

---

10 Convalescente de um câncer no pulmão, Hugo Banzer renunciou à presidência em 2001 e foi substituído por seu vice, Jorge Quiroga, que concluiu o mandato.

nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da AC, punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

Além disso, o *modus operandi* dos atores repetiu, em grande medida, os acontecimentos da GA (ações decididas em assembleias de participação aberta, atuação em redes flexíveis, intervenção direta e inclusive a criação de uma Coordenadoria pela Defesa e Recuperação do Gás), atestando a importância didática daquele evento na conformação dos novos horizontes do possível.

A GG fora antecedida em fevereiro de 2003 por um motim policial motivado pela criação pelo governo de novos impostos destinados a cobrir o déficit orçamentário e que terminou em confrontos entre a polícia e o exército com saldo de 29 mortos, 205 feridos, a suspensão dos impostos criados, o apedrejamento do palácio presidencial e o incêndio da sede da vice-presidência por populares e o aumento da sensação de falta de legitimidade do novo governo eleito apenas alguns meses antes.

Em setembro de 2003, o princípio do fim veio em protestos simultâneos contra a prisão de um líder indígena acusado de assassinato, contra a erradicação de cocaína na região de Yungas e contra impostos municipais em El Alto, todos incluindo bloqueios de rodovias e barricadas que deixaram a capital e quase todo o departamento de La Paz incomunicáveis. Ao mesmo tempo, rumores de que o governo estava por concretizar acordos de exportação do gás natural aos EUA através de portos chilenos começaram a circular e demandas pela suspensão dos acordos e pela industrialização do gás na própria Bolívia começaram a ser agregadas ao caldo de cultura de descontentamento que se formava. Quando o ministro da Defesa, Carlos Sánchez Berzaín, ordenou o envio das forças armadas em 20 de setembro para “libertar” um grupo de turistas que ficara ilhado pelos bloqueios de estradas em Sorata, causando a morte de 4 camponeses, estavam criadas as condições para a eclosão da GG.

Os protestos foram se radicalizando, com chamadas à ocupação de terras pelo Movimento Sem-Terra boliviano, a conclamação de greve geral pela Central Operária Boliviana (COB), novos bloqueios de estradas no departamento de La Paz e no departamento de Cochabamba e pedidos de renúncia do presidente e cancelamento dos planos de exportação do gás via Chile. A decisão do governo de utilizar a força para romper os bloqueios e dispersar os protestos foi deixando mortos e feridos, mas em vez de dissipar o movimento e restabelecer a ordem, aumentava a fúria popular contra o presidente e a radicalização dos protestos. Novamente, configurava-se uma rede de protesto ampla na qual nenhum grupo

tinha efetivamente liderado os protestos. Trabalhadores fabris, mineiros, camponeses, indígenas, cocaleiros, classe média e mesmo alguns setores das Forças Armadas que nos momentos finais da GG se recusaram a seguir as ordens do presidente e utilizar força letal para deter os mineiros que marchavam rumo à capital tiveram papel importante no movimento em ações muitas vezes espontâneas e descoordenadas e sem uma liderança de vanguarda a orientar os próximos passos. Quando Sánchez de Lozada finalmente renunciou em 17 de outubro, deixou um saldo de 112 mortos em 14 meses de governo e o fim efetivo (se ainda não o oficial) do sistema político inaugurado em 1985.

É possível especular, dada a magnitude dos eventos de outubro de 2003, que o desfecho não tenha sido uma “revolução clássica”, com a tomada de poder pelas massas insurrectas por dois fatores principais. Em primeiro lugar, pela presença de um vice-presidente, Carlos Mesa, que já havia demarcado sua distância do presidente antes do desfecho final e que, por sua trajetória intelectual e por não ser filiado a nenhum partido político, podia clamar com alguma credibilidade representar uma alternativa viável de transição institucional com mudança significativa. E em segundo lugar, pelo papel jogado por Evo Morales e pelo MAS, com sua respeitável bancada de 35 congressistas (27 deputados e 8 senadores) e que, ao longo das jornadas de outubro, atuou como um elemento moderador de apoio à institucionalidade democrática em uma provável estratégia de médio prazo em que se antevia como o herdeiro natural dos votos de descontentes nas próximas eleições.

Conforme analisado pelo cientista político Fernando Mayorga (2007), o MAS tem por marca um discurso radical que lhe permite colher os frutos das conjunturas de protestos, colocando-se de maneira bem-sucedida como uma espécie de representante dos movimentos sociais e de suas demandas dentro do Estado, ao mesmo tempo em que tem uma atitude prática pragmática e bem mais moderada que sua retórica que lhe permite encaixar-se dentro do processo institucional. Assim, quando da renúncia de Sánchez de Lozada, Morales e o MAS colocaram-se a favor da transição constitucional do mando presidencial ao então vice, Carlos Mesa, exigindo-lhe no entanto a atenção das demandas da Agenda de Outubro.

A aliança tácita entre Mesa e Morales (MAS) garantiu-lhe apoio político suficiente para o início de seu governo sem o respaldo de uma máquina partidária própria e a barganha de cargos entre a base de apoio no congresso, fato inédito até então, e certa trégua inicial com os movimentos sociais que haviam participado de uma ou outra forma da recente GG. O tema da nacionalização

dos hidrocarbonetos bolivianos e da convocação da AC mobilizavam amplos debates ao longo do país. Mesa, que havia prometido cumprir com as demandas da Agenda de Outubro em seu discurso de posse, mudara um pouco de atitude com relação aos temas, adotando posições mais moderadas. Em fevereiro de 2004, promulgou uma reforma constitucional que incorporava alguns mecanismos de democracia participativa, como a convocação de referendos, e se bem incorporava no texto constitucional a possibilidade e os procedimentos para a convocação de uma constituinte, não chegou a propriamente convocá-la. E utilizando-se do novo mecanismo de referendo recém constitucionalizado, Mesa convocou para julho uma consulta vinculante sobre o tema dos hidrocarbonetos que não contemplava a possibilidade de nacionalização dos mesmos.

O referendo continha cinco perguntas. A primeira indagava sobre a necessidade de alterar a lei de hidrocarbonetos; a segunda sobre o Estado ter direitos sobre os hidrocarbonetos após sua extração do solo; a terceira sobre a necessidade de restabelecer a estatal YPFB como controladora do setor; a quarta se o Estado deveria utilizar o gás como estratégia para recuperar sua saída soberana ao mar; e a quinta sobre se o gás deveria ser exportado mediante o pagamento pelas multinacionais de impostos de 50% sobre os lucros e com o investimento dos recursos arrecadados em saúde, educação e infraestrutura. Muitas das organizações que participaram da GG (FEJUVE, COB, Coordenadora...) chamaram ao boicote puro e simples do referendo, enquanto Morales e o MAS chamaram ao voto “Sim” às três primeiras perguntas e ao “Não” às duas últimas. O resultado foi uma abstenção de cerca de 40%, dando argumentos aos que pregaram o boicote para se julgarem fortalecidos, a vitória do “Sim” a todas as cinco perguntas, dando argumentos de vitória ao presidente Mesa, e uma quantidade significativamente menor de votos pelo “Sim” nas últimas duas perguntas, confirmando o poder de convocatória do MAS (ver MAYORGA, 2007). A postura do presidente frente ao tema, entretanto, ocasionou o rompimento da trégua concedida pelos movimentos sociais e da aliança tácita com o MAS, ocasionando o retorno de protestos e bloqueios em 2005.

Em janeiro, capitaneados pela FEJUVE, os habitantes de El Alto forçaram a revogação do contrato de fornecimento de água com a francesa Suez e bloqueios foram retomados em março diante das tentativas do presidente em adiar a saída da companhia, desta vez contando com o auxílio dos cocaleiros e outros movimentos de Cochabamba. Diante de um país novamente paralisado, Mesa anunciou sua renúncia, rejeitada pelo Congresso controlado pela direita, e obteve um

fortalecimento momentâneo diante de elites regionais que começavam a reagir e se reagrupar sob a bandeira de autonomias departamentais e em rejeição à Agenda de Outubro. Fortalecimento que se mostrou uma vitória de Pirro, já que provocou também o reagrupamento da esquerda boliviana e de grupos e líderes muitas vezes rivais, como Morales e o ex-presidente da Central Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e líder do Movimento Indígena Pachakuti (MIP), Felipe Quispe.

Ao mesmo tempo, discutia-se no Congresso a aprovação da nova Lei de Hidrocarbonetos nos termos do resultado do referendo do ano anterior e aprovou-se, sob forte pressão popular e com a atuação parlamentar do MAS, uma versão diferente ao anteprojeto enviado pelo presidente, que em seguida recusou-se a sancioná-la. Novos protestos massivos exigindo a nacionalização do Gás seguiram-se ao longo de maio e início de junho e Mesa renunciou de vez no dia 7 deste. Diante de uma linha sucessória que contemplava os presidentes do Senado e da Câmara, ambos amplamente rejeitados pelo conjunto de movimentos sociais sublevados, os protestos seguiram contra a sucessão de ambos. O país permaneceu acéfalo até que em 9 de junho ambos renunciaram a assumir a presidência, entregue então ao presidente da Corte Suprema, Eduardo Rodríguez Veltzé, a quem caberia convocar eleições antecipadas para dezembro do mesmo ano. Convocadas as eleições, ganhou Evo Morales com inéditos quase 54% e obtendo a maioria absoluta da Câmara de Deputados (73 deputados de 130) e a segunda maior bancada no Senado (12 senadores de 27), confirmando o MAS como o partido mais importante do país e, a essa altura, o único com real enraizamento em todo o território nacional (ver Tabela 2).

**Tabela 2** | Votação dos quatro primeiros colocados, Eleições 2005 (em % do eleitorado)

	Por departamentos									
	Nacional	Chuqui-saca	Cocha-bamba	La Paz	Oruro	Potosí	Santa Cruz	Tarja	Beni	Pando
MAS	53,74	54,17	64,84	66,63	62,58	57,80	33,17	31,55	16,49	20,85
PODEMOS	28,54	30,92	25,04	18,10	24,96	25,69	41,80	45,28	46,30	45,18
UN	7,79	7,91	5,54	6,79	5,42	5,09	12,48	7,18	6,25	23,23
MNR	6,46	4,30	2,46	2,54	3,91	5,68	11,58	14,02	30,12	10,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Corte Nacional Electoral.



## Nacional-popular e indigenismo no governo Evo Morales

A chegada ao poder de Morales foi, portanto, fruto de uma longa acumulação de descontentamento social que eclode em um primeiro momento na GA de 2000 e em seguida, e de maneira mais ampla, na GG de 2003, levando à queda da democracia pactuada inaugurada em 1985 na presidência de Paz Estenssoro. Para além dos efeitos concretos das duas “guerras” (reversão da privatização da água de Cochabamba, renúncia do presidente Sánchez de Lozada etc.), o principal resultado foi a conformação de redes mais ou menos articuladas entre movimentos sociais de contestação diversos e antes atomizados e a consolidação de uma agenda política alternativa, posteriormente canalizada por via eleitoral através do MAS.

Essa agenda e essa rede de movimentos constituem a base do atual bloco histórico proto-hegemônico encabeçado pela presidência de Morales e que se alimenta das memórias do nacional-popular e do indigenismo na construção dos horizontes dessa hegemonia. A palavra horizonte é aqui utilizada precisamente por sua ambiguidade semântica, pois como notam Hylton e Thomson (2007, p. 31), horizonte é não apenas uma projeção futura de expectativas e possibilidades, mas em arqueologia significa também as diversas camadas sobrepostas de terra e vestígios humanos cuja escavação é o ofício dessa ciência. Esse duplo sentido, ao mesmo tempo uma projeção futura e uma acumulação de camadas do passado, torna a palavra horizonte perfeita para expressar a construção da hegemonia na medida em que esta é sempre simultaneamente uma projeção de objetivos futuros e um resgate de um passado trágico ou glorioso repleto de lutas inconclusas e mártires que tomaram pelo caminho.

É interessante notar como essa noção já se encontra arraigada no mundo andino através, por exemplo, do adágio aimará de *quip naysr uñtasis sartañani* (caminhar adiante olhando para trás) (ver HYLTON; THOMSON, 2007) e que até pareceria uma apropriação das teorias do filósofo alemão Walter Benjamin em suas teses *Sobre o Conceito de História* (apud. LÖWY, 2005) não fosse a impossibilidade prática desse contato entre Benjamin e o mundo andino. Qual o anjo da história benjaminiano, constantemente empurrado para o futuro com seus olhos voltados para o passado, os movimentos políticos bolivianos caminham para frente olhando para trás e reivindicando a memória de seus mártires e antecessores. Essa

reivindicação da memória não tem apenas caráter simbólico, embora este seja sem dúvidas importante: a memória é muitas vezes resgatada também sob a forma de guia para a ação, oferecendo um anteprojeto do que fazer e que será repetido de forma consciente ou como ato reflexo diante de desafios vistos como semelhantes. Veja-se, por exemplo, como ao longo da democracia pactuada os movimentos políticos bolivianos seguiam valendo-se das estratégias de mobilização consagradas durante a Revolução mesmo diante de seguidos fracassos e como o advento da vitória na Guerra do Água fez com que suas estratégias fossem deliberadamente copiadas durante a GG (vide a reprodução da forma de organização da Coordenadora, por exemplo).

Assim, na medida em que o governo Evo Morales se inaugura a partir desse novo horizonte – acumulação de experiências de mobilização social e projeção de uma hegemonia duradoura do novo bloco histórico –, encontramos nele o resgate da memória dos elementos do nacional-popular e do indigenismo que o gestaram e que se deixa entrever, por exemplo, nos exemplos invocados pelo presidente em seu discurso de posse (MORALES, 2007). Ao pedir um minuto de silêncio em honra de Manco Inca, Tupac Katari, Tupac Amaru, Zárate Willka e Atihuaiqui Tumpa e ao mesmo tempo para Andrés Ibáñez, Che Guevara, Marcelo Quiroga Santa Cruz e Luis Espinal, o recém-inaugurado presidente oferece um interessante testemunho da importância que as duas tradições terão na conformação de seu governo.

O próprio vice-presidente (e sociólogo) Álvaro García Linera testemunhava já em 2006 a importância que teriam ambos os elementos no governo que se iniciava ao tentar cunhar sob o conceito de “evismo” a fusão de nacional-popular e indigenismo do novo bloco histórico: segundo ele, o governo Morales seria um novo projeto baseado na construção da nação e tendo o indigenismo como elemento unificador (2006, p. 27-8). Da mesma maneira, diversos dos inúmeros analistas (ALTO, DO, 2007; ARCHONDO, 2006; LASERNA, 2007; STEFANONI, 2007a, 2007b) a esboçarem algum tipo de caracterização do novo governo em seus momentos prévios e iniciais também ressaltavam a importância das questões nacional e indígena em sua configuração e desafios.

Mas esse resgate não pode, obviamente, sustentar-se apenas no plano discursivo e simbólico, tendo que apoiar-se em medidas concretas que lhe conferissem validade. E de fato, o projeto político de Morales, primeiro sob a forma do programa de campanha e depois do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo, rendia tributo àquela acumulação de capital político resultante da

confluência das duas tradições nos últimos anos sob a forma de projetos e feitos concretos. Em grande medida, o programa de campanha do MAS era uma reprodução da Agenda de Outubro (ver acima).

Como já visto, a demanda contemporânea por uma constituinte começa a cristalizar-se como parte da agenda política contra-hegemônica a partir da GA, mas aparece pela primeira vez durante a MTD empreendida pelos povos indígenas da Amazônia e terras baixas em 1991, o que a associa fortemente à agenda do indigenismo. A MTD em si foi à época um evento extraordinário, visto que ao contrário dos aimarás e quéchuas do altiplano, os indígenas da Amazônia, Chaco e terras baixas destacavam-se até então por sua baixa politização. O ato marcou a erupção de um importante processo de organização política dos mesmos iniciado em meados dos anos 1980 e que resultaria na conformação de entidades étnicas locais que se congregam nacionalmente na Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e que representam hoje parte importante da base de apoio do MAS e de Evo Morales.

Uma das principais razões alegadas para a necessidade de uma constituinte era o chamado colonialismo interno, as discriminações e desigualdades entre brancos e indígenas – reais ou percebidas – na distribuição de renda, acesso a oportunidades de trabalho e educação e ao poder político e a falta de reconhecimento às culturas, idiomas e tradições dos povos originários. Em sua evolução política de demanda isolada de um setor até então pouco importante politicamente até o centro da agenda política nacional, a questão da constituinte passou a englobar mais que “apenas” o tema indígena, agregando também como temas fundamentais o retorno do Estado à economia, o aproveitamento e industrialização dos recursos naturais e a incorporação de mecanismos de democracia direta e autogoverno e fiscalização pelos movimentos sociais. Isto passou a dar-lhe também um forte componente de nacional-popular além do indigenismo, mas a questão indígena seguiu sendo um de seus eixos principais, sendo anunciado durante a campanha eleitoral e o governo Morales até sua inauguração efetiva em agosto de 2006 como uma constituinte para refundar o país em bases pós-coloniais e plurinacionais.

Por mais idas e vindas que o tema tenha sofrido quando se tratava da apresentação das propostas concretas à constituinte pelo MAS e de sua forma de implementação efetiva (ver MAYORGA, 2007, 2009), é inegável o espaço central que a discussão sobre o reconhecimento dos direitos de autodeterminação dos povos indígenas – incluindo formas de autogoverno, justiça comunitária e autonomia –

sempre ocupou, seja na defesa do projeto feita pelo governo, seja em seu ataque e denúncia feitos pela oposição antes, durante e depois dos trabalhos da Constituinte. Uma das principais críticas feitas pela oposição à nova Constituição Política do Estado ainda hoje se refere ao caráter plurinacional conferido ao Estado e a supostos privilégios concedidos aos indígenas e seus mecanismos de justiça comunitária e representação política por usos e costumes.

A outra grande bandeira do MAS a refletir a Agenda de Outubro, a nacionalização do gás, tem uma conotação óbvia de nacional-popular e traz ecos mais distantes das duas nacionalizações de hidrocarbonetos anteriores – em 1969 durante o governo do general Alfredo Ovando Candía e em 1937 sob a presidência do coronel David Toro. O ato de efetivação da terceira nacionalização do setor, simbolicamente escolhido para o primeiro 1º de maio do governo, prestou o devido tributo à memória das Forças Armadas, responsáveis pelas duas nacionalizações anteriores, através de sua mobilização para determinar a logística da ocupação dos campos petrolíferos e sua execução efetiva. Embora responsáveis ao longo da história boliviana por ditaduras de triste recordação, as Forças Armadas também tiveram momentos luminosos e de extrema importância nos horizontes do nacional-popular e referências a nomes como os de Juan José Torres ou Germán Busch são frequentes nos discursos de Morales. Além dos militares, outra referência simbólica importante ao nacional-popular do ato foi a Guerra do Chaco (1932-5), apontada pelos mais diversos autores (por exemplo, HYLTON; THOMSON, 2007; KLEIN, 1965, 1967, 2003; MESA GISBERT, 2006; MESA *et al.*, 2008; ZVALETA MERCADO, 1986) como um dos mais importantes momentos constitutivos da política boliviana no século XX e reverenciada no nome “Heróis do Chaco” conferido ao decreto nacionalizador.

Mas por mais que seja eminentemente uma medida associada ao nacional-popular, a nacionalização do gás já alcançou tal nível de consenso na agenda política boliviana que a mesma há muito já é defendida com tenacidade mesmo pelos elementos mais duros do indigenismo. Como explica o sociólogo aimará, líder camponês e membro do MAS, Gualberto Choque (apud. ARCHONDO, 2006), quando as comunidades indígenas negociavam com os governos frequentemente eram advertidos de que o Estado boliviano não tinha recursos para atender às demandas, o que foi levando os dirigentes a orientar suas lutas para demandas capazes de dotar o Estado de capacidade material para atender às necessidades da população. É nesse processo que demandas próprias da tradição do nacional-popular passam a ser apropriadas também pelo indigenismo.

Com a terceira grande demanda da Agenda de Outubro – a punição dos responsáveis pelas mortes na GG – dependendo em grande medida de fatores além do controle do governo (a atuação do Judiciário, a extradição do ex-presidente Sánchez de Lozada e alguns de seus ministros exilados em Miami etc.), uma terceira medida de grande impacto tomada por Morales ainda em seu primeiro ano de governo se refere à reforma agrária. Com a reestruturação do marco legal do setor aproximando-o de paradigmas comunitários de distribuição de terras a partir da Lei do Instituto Nacional de Reforma Agrária promulgada no fim de novembro de 2006, o governo aproximava-se, por um lado, de demandas do indigenismo ao mesmo tempo em que evocava memórias de um dos feitos mais notáveis da Revolução Nacional de 1952 (um dos momentos *par excellence* do nacional-popular). A nova lei estabelece a expropriação de terras por utilidade pública declarada em lei ou pelo não-cumprimento da função econômico-social e determina sua distribuição prioritária sob a forma de terras coletivas e comunitárias. Essa forma de distribuição vai ao encontro dos interesses e demandas da base indigenista de apoio do MAS, mas o critério de expropriação por descumprimento da função econômico-social é um legado da constituinte de 1938 convocada por Germán Busch, principal nome do Socialismo Militar pós-Guerra do Chaco. Isto ao mesmo tempo reconecta a política de reforma agrária de Morales ao nacional-popular e aponta raízes mais antigas da constituinte nessa tradição, já que a breve experiência capitaneada por ele e David Toro foi um desdobramento direto da Guerra do Chaco e deixou um legado simbólico e concreto duradouro (KLEIN, 1965, 1967).

Essa forte associação entre nacional-popular e indigenismo nas políticas adotadas pelo governo pode ser vista com bastante clareza em seu Plano Nacional de Desenvolvimento promulgado em 2007. Em geral, a própria natureza desse tipo de plano já evocaria associações ao nacional-popular, mas a maneira como o desenvolvimento é tratado no plano demonstra o forte enraizamento da questão indígena nas ideias de construção da nação contidas no documento.

Para começar, o próprio título completo do plano – *Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-2011* – já evoca um importante preceito quéchua inscrito no preâmbulo da nova constituição como norte geral dos planos mais específicos. O Viver Bem (ou *Suma Qamaña*, em quéchua) “próprio das culturas originárias e indígenas da Bolívia” (MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p. 11) é o objetivo geral estabelecido pelo PND a ser perseguido (CUNHA FILHO; SANTAELLA GONÇALVES, 2010).

Como já dito, não é a primeira vez que o nacional-popular e o indigenismo conseguem se associar em bloco histórico. Ocasões como o levantamento de Tupac Katari, a Guerra Federal de 1899 ou a Revolução de 1952 todas contaram com importantes componentes de ambas as tradições e é possível inferir que foi justamente essa coligação que pôde conferir aos três eventos citados grande parte de sua força transformadora e da perduração, de uma forma ou de outra, de seu legado ao longo do tempo. Mas também foram as tensões e desentendimentos entre ambas que levaram, em grande parte, ao colapso dos três. A deserção dos elementos *criollos* das tropas de Katari, a traição ao líder das tropas indígenas federalistas Zárate Willka ou o gradual abandono político aos camponeses na Bolívia pós-52 que levou à concretização do Pacto Militar Camponês tão crucial ao golpe de Estado de René Barrientos são exemplos marcantes da dissolução do bloco histórico progressista após o fim da coligação entre indigenismo e nacional-popular. E na medida em que a memória de ambos elementos traz horizontes não apenas de mártires, heróis e vitórias, mas também de traições, ressentimentos e desconfiças mútuas, convém manter-se atento a como se desdobrarão as relações entre esses elementos durante o segundo governo Morales.

## Referências Bibliográficas

- ALTO, H. DO. “Cuando el nacionalismo se pone el poncho”. Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (Eds.). **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. p. 21-53.
- ARCHONDO, R. ¿Qué le espera a Bolivia con Evo Morales? **Nueva Sociedad**, n. 202, p. 4-12, 2006.
- CAMARGO, A. J. C. J. DE. **Bolívia – A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone a Evo Morales**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- CRABTREE, J.; WHITEHEAD, L. (ORGS.). **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.
- CUNHA FILHO, C. M. Reforma, reação e mobilização social na Bolívia de Evo Morales. In: PARENTE, F. J. C. FROTA, F. H.; FERREIRA LIMA, H. (Eds.). **Dos Andes aos Pampas: Integração e Cenários na América Latina**. Fortaleza: EdUECE, 2010. p. 101-124.
- CUNHA FILHO, C. M.; SANTAELLA GONÇALVES, R. The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales’s Bolivia. **Latin American Perspectives**, v. 37, n. 4, p. 177 -196, 1 jul 2010.

- DUNKERLEY, J. **Bolivia: Revolution and the Power of History in the Present: Essays**. London: Institute for the Study of the Americas, 2007.
- GARCÍA LINERA, Á. El evismo: lo nacional-popular en acción. **Observatorio Social de América Latina**, v. VI, n. 19, p. 25-32, jul 2006.
- GARCÍA LINERA, Á. **La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política
- HYLTON, F.; THOMSON, S. **Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics**. London/New York: Verso, 2007.
- KLEIN, H. S. David Toro and the Establishment of “Military Socialism” in Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 45, n. 1, p. 25-52, fev 1965.
- KLEIN, H. S. German Busch and the Era of “Military Socialism” in Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 47, n. 2, p. 166-184, maio 1967.
- KLEIN, H. S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- LASERNA, R. El caudillismo fragmentado. **Nueva Sociedad**, n. 209, p. 100-117, 2007.
- LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAYORGA, F. **Encrucijadas: Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia**. La Paz: Editorial Gente Común, 2007.
- MAYORGA, F. **Ciudadanía multicultural y Estado plurinacional en Bolivia: Los límites de la reforma constitucional**. XXI IPSA World Congress of Political Science. **Anais...** Santiago: IPSA/AISP. , 2009
- MESA GISBERT, C. D. **Presidentes de Bolivia: Entre Urnas y Fusiles**. 4a ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2006.
- MESA, J. DE; GISBERT, T.; MESA GISBERT, C. D. **Historia de Bolivia**. 7a ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2008.
- MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO. **Decreto Supremo 29272 – Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-2011**. . [S.l.]: Gaceta Oficial de Bolivia, 2007
- MORALES, E. “Mandaré obedeciendo al pueblo”. Palabras de Evo Morales ante el Congreso, en la transmisión del mando presidencial. In: SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (Eds.). **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. p. 225-250.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Opressed but not defeated: peasant struggles among the Aymara and Qhechwa in Bolivia, 1900-1980**. Geneva: UNRISD, 1987.

- ROCHA, M. S. A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952-2006). **Bolívia: de 1952 ao Século XXI**. Brasília: FUNAG/IPRI, 2006. p. 11-61.
- ROSSELL, P. El proyecto de Evo Morales más allá de 2010. **Nueva Sociedad**, n. 221, p. 23-32, 2009.
- STEFANONI, P. Las tres fronteras de la “revolución” de Evo Morales. Neodesarrollismo, decisionismo, multiculturalismo. In: SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (Eds.). **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007a. p. 67-96.
- STEFANONI, P. Siete preguntas y siete respuestas sobre la Bolivia de Evo Morales. **Nueva Sociedad**, v. 209, p. 46-65, jun 2007b.
- STEFANONI, P.; ALTO, H. DO. **La revolución de Evo Morales: de la coca al palacio**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.
- SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (EDS.). **Bolivia: Memoria, Insurgencia y Movimientos Sociales**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- TABOADA TERÁN, N. **Tierra Mártir: Del socialismo de David Toro al socialismo de Evo Morales**. La Paz: s/e, 2006.
- TAPIA, L. **La producción del conocimiento local: Historia y política en la obra de René Zavaleta**. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2002.
- TAPIA, L. Bolivia: ciclos y estructuras de la rebelión. In: SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (Eds.). **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. p. 171-188.
- TAPIA, L. Constitution and Constitutional Reform in Bolivia. In: CRABTREE, J.; WHITEHEAD, L. (Eds.). **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 160-171.
- VARGAS, H.; KRUSE, T. Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. **Observatorio Social de América Latina**, n. 2, p. 7-14, set 2000.
- ZANELLA, C. K. MARQUES, P. M.; SEITENFUS, R. A. S. A Bolívia No Pêndulo Da História As lições de 1952 instruindo os projetos do século XXI. **Nueva Sociedad**, n. 209, p. 130-141, 2007.
- ZAVALETA MERCADO, R. **Lo nacional-popular en Bolivia**. Ciudad de México: Siglo XXI editores, 1986.